



RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA TRADICIONAL

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO Nº 001/2009

PROCESSO Nº	ORDEM DE AUDITORIA Nº
1485-0200/09-1	322/2009

UNIDADE AUDITADA: Executivo Municipal

MUNICÍPIO: Barra do Guarita

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL: César Tadeu Paier

EXERCÍCIO EXAMINADO: 2009 (01-01 a 10-07)

PERÍODO DE VERIFICAÇÃO: 14 a 17-07-2009

RELATÓRIO ELABORADO MEDIANTE: Verificações “in loco”

EQUIPE DE AUDITORIA:

Irineu Antonio Thiesen
Ednei Salomé Dutra
Márcio Vinícius Pereira
Osmar Pessotti

A presente análise fundamenta-se no disposto nos artigos 31 e 70 a 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Complementar Federal nº 101/2000; Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do TCE/RS) e Resolução nº 544/2000 (RITCE).

O exame dos itens auditados, levado a efeito por procedimento amostral, evidenciou as seguintes inconformidades:



SUMÁRIO

1. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4
1.1. Adicional de Insalubridade - Ausência de Laudo Técnico.....	4
1.2. Salário-Família - Vinculação à Legislação Federal - Pagamento em Valores Superiores ao Devido – Prejuízo ao Erário	8
2. DESPESAS	15
2.1. Aquisição de Combustíveis Sem Licitação	15
2.1.1. PREJUÍZO AO ERÁRIO	15
2.2. Aquisição de Sêmen Bovino	17
2.2.1. DESPESA SEM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA	17
2.3. Repasse de Recursos Financeiros para Despesas de Capital	17
2.3.1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS IRREGULAR	17
2.4. Pagamento de Despesas não Liquidadas	19
2.5. Contratação de Serviços de Intermediação de Verbas Públicas.....	19
2.6. Terceirização Irregular de Serviços	21
2.6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL	21
2.6.2. SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE	21
2.7. Contratação de Assessoria Jurídica.....	22
2.7.1. SOBREPOSIÇÃO DE FUNÇÕES	22
2.7.2. RECONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS POR VALORES SUPERIORES AOS ANTERIORMENTE AJUSTADOS	23
3. RECEITAS	24
3.1. Gestão das Receitas Próprias	24
3.1.1. AUSÊNCIA DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	24
3.1.2. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	25
3.1.3. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	27
4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.....	27
4.1. Incorreta Especificação do Objeto e Ausência de Competição.....	27
4.1.1. CONCERTO DE RETROESCAVADEIRA	28
4.1.2. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE AULA	29
4.1.3. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR	30
4.1.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS	30



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
FL	Rúbrica
318	

4.1.5. REPETIÇÃO DE CONVITE PARA AS MESMAS EMPRESAS.....	31
5. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E DO PATRIMÔNIO	31
5.1. Aquisição de Pneus sem Comprovação de Utilização	31
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	32
6.1. Ausência de Destaque, Retenção e Recolhimento	32
6.2. Recolhimento Intempestivo.....	33
6.2.1. ÔNUS AO ERÁRIO E CONTABILIZAÇÃO INCORRETA DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS	33
7. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	34
7.1. Recolhimentos em Atraso e Ausência de Repasses de Parcelas Previdenciárias	34
8. GESTÃO DO TRÂNSITO MUNICIPAL	35



1. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

1.1. Adicional de Insalubridade - Ausência de Laudo Técnico

A Lei Municipal nº 571/2003, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos (fls. 04/06), reconhece como direito dos servidores municipais a percepção de adicional de insalubridade. No entanto, o art. 91 dispõe que o gozo de tal direito depende da elaboração de laudo técnico que estabeleça as funções insalubres e os respectivos graus.

Assim, percebe-se que a legislação local acerca do adicional de insalubridade possui eficácia limitada, dependendo sua aplicabilidade da elaboração de estudo técnico acerca das condições laborais, não cabendo qualquer liberdade ao Administrador.

No mesmo sentido da legislação municipal, esta Corte de Contas entende que o pagamento de adicional de insalubridade pressupõe elaboração de estudo técnico, em que um profissional habilitado, após análise das tarefas exercidas pelos agentes públicos, mediante critérios recomendados por sua ciência, indicará quais funções são perigosas e insalubres e em que grau. Neste sentido, transcrevemos os seguintes excertos:

2.2) Quanto ao pagamento de adicional de insalubridade sem laudo pericial, o aponte enseja a fixação de débito, eis que a classificação das atividades insalubres, perigosas ou penosas é tarefa afeta a profissional competente, não podendo o Administrador, a seu livre arbítrio, estabelecer os graus e os percentuais dos adicionais devidos aos servidores expostos aos agentes insalutíferos. (Tomada de Contas nº 001528-02.00/98-4.)

Para o nascimento do direito perseguido [adicional de insalubridade], necessário a preexistência de lei neste sentido, de forma específica, com enunciado abstrato que possibilite, em concreto, mediante a realização da devida perícia, a aferição da possibilidade de concessão ou não do benefício requerido. (Parecer nº 412/94, de lavra do Auditor Substituto de Conselheiro Lauri Romário Silva.)

Outro importante papel reservado ao laudo técnico é a indicação das medidas necessárias à eliminação ou redução das condições insalubres e perigosas.

Assim, o dispositivo legal que exige a realização de estudo técnico atende ao Princípio da Eficiência o qual, entre outras medidas, recomenda o acatamento de orientações técnico-científicas pelos administradores, diminuindo sua discricionariedade e permitindo melhor atendimento ao interesse público, mormente, no caso em tela, a defesa do Erário e a saúde dos servidores.

Porém, contrariamente ao entendimento desta Corte de Contas e em desrespeito à exigência contida no art. 91, da Lei Municipal nº 571/2003, a Auditada pagou o adicional de insalubridade a diversos servidores, sem dispor de laudo técnico que aponte as atividades insalubres e seu grau (fls. 07 a 12).

Ademais, não obstante a Lei Municipal nº 571/2003 estabelecer o valor do adicional proporcionalmente ao grau da insalubridade (máximo, médio e mínimo), a Auditada optou por pagar a vantagem a 35 servidores no grau médio (20%) e a 02 no grau máximo (40%), sendo que a nenhum servidor foi atribuído adicional no grau mínimo (10%).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl. 320	Rubrica

Todavia, diante da ausência de laudo elaborado por profissional qualificado, conclui-se que tal decisão administrativa não encontra suporte em qualquer critério técnico, ficando ao exclusivo juízo de conveniência e oportunidade do Administrador. Desta forma, a Auditada tratou a concessão do adicional de insalubridade como uma competência discricionária, quando na verdade a lei local trata a matéria como plenamente vinculada.

A seguir, demonstramos os valores pagos, mensalmente, a título de adicional de insalubridade aos servidores (fls. 08 a 12):

Servidor	Cargo	jan	fev	mar	abr	maio	jun
Aldonir Borges dos Santos	Motorista de Caminhões	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Ângela V. da Luz Nascimento	Vigilante Sanitário	93,92	---	87,67	93,92	93,92	93,92
Antonio Carlos Neckel	Operador de Máquina	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Cleber Lorenzon	Operador de Máquina	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Cleomar Tiburski	Motorista de Carro Leve	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Dario Rodrigues da Silva	Motorista de Carro Leve	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Edemar Alcindo Fagundes	Agente de Serviços Gerais	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	---
Elci Terezinha F. de Carvalho	Agente de Serviços Gerais	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	---
Eliane Salete Godoy	Auxiliar de Enfermagem	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Gelci Luis Paschoali	Motorista de Carro Leve	93,92	---	87,67	93,92	93,92	93,92
Gilmar José da Silva	Eletricista	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Helinton L. dos S. Teixeira	Operador de Máquina	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
João Breskovit	Carpinteiro	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
João Missio	Motorista de Caminhões	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Joel Paier (1)	Motorista de Caminhões	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Josimar Paschoali	Motorista de Carro Leve	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Luciano Luis	Operador de	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
321	

Patzlaff	Máquina						
Marcelo Gadenz	Motorista de Carro Leve	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Marise Beatriz Paier	Auxiliar de Enfermagem	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Marli Andriolli Massuda	Merendeira	93,92	---	87,67	93,92	93,92	93,92
Meri Teresinha Schutz	Técnico em Enfermagem	93,92	---	87,67	93,92	93,92	93,92
Natalício Heineck	Agente de Serviços Gerais	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Pedro de Lima Machado	Agente de Serviços Gerais	93,92	93,92	93,92	93,92	---	93,92
Renato Constâncio	Motorista de Carro Leve	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Rosani Margarete C. Preuss	Técnico em Enfermagem	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Rui dos Santos	Operador de Máquina	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Soeli de Fátima Moura Novak	Agente Administrativo Auxiliar	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Soraia Bitencourt Patatt	Vigilante Sanitário	---	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Valda Maria Constâncio	Auxiliar de Enfermagem	59,49	81,40	---	93,92	93,92	93,92
Vanderlei Luis Missio	Motorista de Caminhões	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Vera Vogt Neckel	Auxiliar de Enfermagem	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Vilma Missio Kappes	Servente	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Vilmar Gadenz	Motorista de Caminhões	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92	93,92
Derci das Chagas	Guarda	140,88	140,88	140,88	---	140,88	140,88
Marcolino de Christo	Agente de Serviços Gerais	140,88	140,88	140,88	---	140,88	140,88
Total Mensal R\$		2.689,25	2.992,92	3.262,20	3.099,36	3.287,20	3.193,28

Nota: (1) O servidor Joel Paier não percebeu o adicional de insalubridade no mês de janeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
322	

Nos meses em que os servidores gozaram férias, o sistema informatizado de folha, utilizado pela Auditada, não registrou cada evento da remuneração e sim um valor global que correspondeu à soma de todas as vantagens devidas, inclusive o Adicional de Insalubridade. Por essa razão, foi necessário que a Auditada informasse os valores pagos na remuneração férias, conforme demonstramos a seguir (fl. 13):

Servidor	Cargo	Mês	Valor
Aldonir Borges dos Santos	Motorista de Caminhões	janeiro	93,92
Ângela V. da Luz Nascimento	Vigilante Sanitário	Fevereiro	93,92
Cleomar Tiburski	Motorista de Carro Leve	Janeiro	93,92
Edemar Alcindo Fagundes	Agente de Serviços Gerais	Junho	93,92
Elci Terezinha F. de Carvalho	Agente de Serviços Gerais	Junho	93,92
Gelci Luis Paschoali	Motorista de Carro Leve	Fevereiro	93,92
João Missio	Motorista de Caminhões	Janeiro	93,92
Marli Andriolli Massuda	Merendeira	Fevereiro	93,92
Meri Teresinha Schutz	Técnico em Enfermagem	Fevereiro	93,92
Pedro de Lima Machado	Agente de Serviços Gerais	Maio	93,92
Renato Constâncio	Motorista de Carro Leve	Janeiro	93,92
Rosani Margarete C. Preuss	Técnico em Enfermagem	Janeiro	93,92
Soraia Bitencourt Patatt	Vigilante Sanitário	Janeiro	93,92
Valda Maria Constâncio	Auxiliar de Enfermagem	Março	93,92
Derci das Chagas	Guarda	Abril	140,88
Marcolino de Christo	Agente de Serviços Gerais	Abril	140,88

A seguir, apresentamos o resumo mensal dos valores pagos a título de adicional de insalubridade, com as datas de pagamento:

Mês	Pagamentos Normais		Pagamento de Férias		Total
	Data do pagamento (fl. 14).	Valor R\$	Data do Pagamento (fl. 13)	Valor	
Janeiro	29-01-2009	2.689,25	26-01-2009	563,52	3.252,77
Fevereiro	27-02-2009	2.992,92	11-02-2009	375,68	3.368,60
Março	31-03-2009	3.262,20	12-03-2009	93,92	3.356,12
abril	30-04-2009	3.099,36	13-04-2009	281,76	3.381,12
Maio	29-05-2009	3.287,20	14-05-2009	93,92	3.381,12
Junho	30-06-2009	3.193,28	10-06-2009	187,84	3.381,12
				Total Geral R\$	20.120,85



Considerando que os pagamentos realizados a título de Adicional de Insalubridade ocorreram sem que a condição estabelecida pela Lei Municipal nº 380/02 fosse implementada, violando o Princípio da Legalidade, o valor de R\$ 20.120,85 é passível de retorno ao Erário.

A ação administrativa relatada feriu, ainda, o Princípio da Eficiência, insculpido no artigo 37, “caput”, da Constituição Federal.

1.2. Salário-Família - Vinculação à Legislação Federal - Pagamento em Valores Superiores ao Devido – Prejuízo ao Erário

A Lei Municipal nº 572/2003 estabelece como direito dos servidores públicos municipais, vinculados ao regime próprio de previdência, a percepção do benefício denominado *salário-família*, nos seguintes termos (fls. 15 a 20):

Art. 48 – Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 560,81 (Quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

Parágrafo único O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. O valor do salário-família é de R\$ 13,48 (Treze reais e quarenta e oito centavos).

Nos termos do dispositivo transcrito, percebe-se que o teto remuneratório para percepção do salário-família, no Município de Barra do Guarita, está vinculado ao valor previsto para o Regime Geral de Previdência Social, mediante reajustes automáticos.

A Equipe de Auditoria entende que a vinculação de benefícios e, conseqüentemente, do montante gasto à legislação federal viola a autonomia municipal garantida pela Constituição Federal e ofende os princípios orçamentários, uma vez que impede a programação da despesa e sua realização de acordo com as possibilidades financeiras do Município.

Diferentemente do teto remuneratório, a lei municipal não vinculou o valor do salário família à legislação federal; desta forma, eventual alteração de seu valor deveria ocorrer por força de lei municipal.

No entanto, verificou-se que a Auditada, sem qualquer lei autorizadora, atualizou o valor do salário-família, nos mesmos índices aplicados ao benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em afronta ao Princípio da Legalidade (fl. 21).

A seguir, demonstramos os valores pagos aos servidores municipais e o montante efetivamente devido, salientando que, para fins de registro no sistema de folha de pagamento, a Auditada denominou o benefício como abono-família:

Janeiro/2009 (fl. 22):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Adelar Soares Padilha	01	24,23	13,48	10,75



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
324	

Aloir dos Santos	09	153,63	121,32	32,31
Cleonice Neckel Paschoali	01	24,23	13,48	10,75
Dacane de Cézar Martins	01	24,23	13,48	10,75
Edemar Alcindo Fagundes	01	17,07	13,48	3,59
Eliane Brietzke	01	17,07	13,48	3,59
Fabiane de Moura de Moraes	01	17,07	13,48	3,59
Ilton José Ferri	01	17,07	13,48	3,59
Ivone dos Santos	01	24,23	13,48	10,75
Jalmar Jorge Wagner	01	17,07	13,48	3,59
Joel Paier	01	17,07	13,48	3,59
Juares Jovane dos Santos	01	17,07	13,48	3,59
Liane Piffer	01	17,07	13,48	3,59
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	17,07	13,48	3,59
Maria Chieza	01	24,23	13,48	10,75
Maria Neli Felix	01	17,07	13,48	3,59
Maricleide de Couto Antunes	02	34,14	26,96	7,18
Maristela Saggin	01	17,07	13,48	3,59
Nair Cleci Santa Helena John	01	17,07	13,48	3,59
Natalicio Heineck	01	17,07	13,48	3,59
Verlane Sangaletti da Cruz	01	17,07	13,48	3,59
Total R\$				143,50

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

- Fevereiro/2009 (fl.23):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Adelar Soares Padilha	01	24,23	13,48	10,75
Aloir dos Santos	09	153,63	121,32	32,31
Cleonice Neckel Paschoali	01	24,23	13,48	10,75
Dacane de Cézar Martins	01	24,23	13,48	10,75
Edemar Alcindo Fagundes	01	17,07	13,48	3,59
Eliane Brietzke	01	17,07	13,48	3,59
Fabiane de Moura de Moraes	01	17,07	13,48	3,59



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
325	

Ilton José Ferri	01	17,07	13,48	3,59
Ivone dos Santos	01	24,23	13,48	10,75
Jalmar Jorge Wagner	01	17,07	13,48	3,59
Juares Jovane dos Santos	01	17,07	13,48	3,59
Liane Piffer	01	17,07	13,48	3,59
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	17,07	13,48	3,59
Maria Chieza	01	24,23	13,48	10,75
Maria Neli Felix	01	17,07	13,48	3,59
Maricleide de Couto Antunes	02	34,14	26,96	7,18
Maristela Saggin	01	17,07	13,48	3,59
Nair Cleci Santa Helena John	01	17,07	13,48	3,59
Natalicio Heineck	01	17,07	13,48	3,59
Verlane Sangaletti da Cruz	01	17,07	13,48	3,59
Total R\$				139,91

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

- Março /2009 (fls. 24 e 25):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Adelar Soares Padilha	01	25,66	13,48	12,18
Aloir dos Santos	09	230,94	121,32	109,62
Angela Maria Pagani	02	36,16	26,96	9,20
Antonio Carlos Neckel	01	18,08	13,48	4,60
Camila Ferreti de Siqueira	01	18,08	13,48	4,60
Cleonice Neckel Paschoali	01	25,66	13,48	12,18
Daeane de Cézar Martins	01	25,66	13,48	12,18
Derci das Chagas	02	36,16	26,96	9,20
Edemar Alcindo Fagundes	01	18,08	13,48	4,60
Eliane Brietzke	01	18,08	13,48	4,60
Fabiane de Moura de Moraes	01	25,66	13,48	12,18
Gilmar José da Silva	01	18,08	13,48	4,60
Ilton José Ferri	01	18,08	13,48	4,60
Iris Jacinta Reckziegel	01	18,08	13,48	4,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
326	

Ivone dos Santos	01	25,66	13,48	12,18
Jalmar Jorge Wagner	01	18,08	13,48	4,60
Joel Paier	01	18,08	13,48	4,60
Juares Jovane dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Liane Piffer	02	36,16	26,96	9,20
Luciano Luis Patzlaff	01	18,08	13,48	4,60
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	18,08	13,48	4,60
Maria Chieza	01	25,66	13,48	12,18
Maria Neli Felix	01	18,08	13,48	4,60
Maricleide de Couto Antunes	02	36,16	26,96	9,20
Maristela Saggin	01	18,08	13,48	4,60
Nair Cleci Santa Helena John	01	18,08	13,48	4,60
Natalicio Heineck	01	18,08	13,48	4,60
Renato Constância	02	36,16	26,96	9,20
Rosani Schmitz Antunes	01	18,08	13,48	4,60
Rosani Volgt Magagnin	02	36,16	26,96	9,20
Rui dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Sueli Schossler Thiesen	02	36,16	26,96	9,20
Verlane Sangaletti da Cruz	01	18,08	13,48	4,60
Total R\$				334,50

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

- Abril/2009 (fls. 26 e 27):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Adelar Soares Padilha	01	25,66	13,48	12,18
Aloir dos Santos	09	230,94	121,32	109,62
Angela Maria Pagani	02	36,16	26,96	9,20
Antonio Carlos Neckel	01	18,08	13,48	4,60
Camila Ferreti de Siqueira	01	18,08	13,48	4,60
Cleonice Neckel Paschoali	01	25,66	13,48	12,18
Derci das Chagas	02	36,16	26,96	9,20
Edemar Alcindo Fagundes	01	18,08	13,48	4,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	327

Eliane Brietzke	01	18,08	13,48	4,60
Fabiane de Moura de Moraes	01	25,66	13,48	12,18
Gilmar José da Silva	01	18,08	13,48	4,60
Helinton L. dos S. Teixeira	01	18,08	13,48	4,60
Ilton José Ferri	01	18,08	13,48	4,60
Ivone dos Santos	01	25,66	13,48	12,18
Jalmar Jorge Wagner	01	18,08	13,48	4,60
Joel Paier	01	18,08	13,48	4,60
Juares Jovane dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Luciano Luis Patzlaff	01	18,08	13,48	4,60
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	18,08	13,48	4,60
Maria Chieza	01	25,66	13,48	12,18
Maria Neli Felix	01	18,08	13,48	4,60
Maricleide de Couto Antunes	02	36,16	26,96	9,20
Maristela Saggin	01	18,08	13,48	4,60
Nair Cleci Santa Helena John	01	18,08	13,48	4,60
Natalício Heineck	01	18,08	13,48	4,60
Renato Constâncio	02	36,16	26,96	9,20
Rosani Schmitz Antunes	01	18,08	13,48	4,60
Rosani Volgt Magagnin	02	36,16	26,96	9,20
Rui dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Sueli Schossler Thiesen	02	36,16	26,96	9,20
Verlane Sangaletti da Cruz	01	18,08	13,48	4,60
Total R\$				313,12

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

- Maio/2009 (fls. 28 e 29):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Aloir dos Santos	09	230,94	121,32	109,62
Angela Maria Pagani	02	36,16	26,96	9,20
Antonio Carlos Neckel	01	18,08	13,48	4,60
Camila Ferreti de Siqueira	01	18,08	13,48	4,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
328	

Cleonice Neckel Paschoali	01	25,66	13,48	12,18
Derci das Chagas	02	36,16	26,96	9,20
Edemar Alcindo Fagundes	01	18,08	13,48	4,60
Eliane Brietzke	01	18,08	13,48	4,60
Fabiane de Moura de Moraes	01	18,08	13,48	4,60
Gilmar José da Silva	01	18,08	13,48	4,60
Helinton L. dos S. Teixeira	01	18,08	13,48	4,60
Ilton José Ferri	01	18,08	13,48	4,60
Ivone dos Santos	01	25,66	13,48	12,18
Jalmar Jorge Wagner	01	18,08	13,48	4,60
Joel Paier	01	18,08	13,48	4,60
Juares Jovane dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Luciano Luis Patzlaff	01	18,08	13,48	4,60
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	18,08	13,48	4,60
Maria Chieza	01	25,66	13,48	12,18
Maria Neli Felix	01	18,08	13,48	4,60
Maricleide de Couto Antunes	02	36,16	26,96	9,20
Maristela Saggin	01	18,08	13,48	4,60
Nair Cleci Santa Helena John	01	18,08	13,48	4,60
Natalício Heineck	01	18,08	13,48	4,60
Renato Constâncio	02	36,16	26,96	9,20
Rosani Schmitz Antunes	01	18,08	13,48	4,60
Rosani Vogt Magagnin	02	36,16	26,96	9,20
Rui dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Sueli Schossler Thiesen	02	36,16	26,96	9,20
Verlane Sangaletti da Cruz	01	18,08	13,48	4,60
Total R\$				293,36

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

- Junho/2009 (fls. 30 e 31):

Servidor	Quantidade de Benefícios	Valor Pago R\$	Valor Devido R\$ (1)	Diferença R\$
Aloir dos Santos	08	205,28	107,84	97,44



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
329	

Angela Maria Pagani	02	36,16	26,96	9,20
Antonio Carlos Neckel	01	18,08	13,48	4,60
Camila Ferreti de Siqueira	01	18,08	13,48	4,60
Cleonice Neckel Paschoali	01	25,66	13,48	12,18
Derci das Chagas	02	36,16	26,96	9,20
Edemar Alcindo Fagundes	01	18,08	13,48	4,60
Eliane Brietzke	01	18,08	13,48	4,60
Fabiane de Moura de Moraes	01	18,08	13,48	4,60
Gilmar José da Silva	01	18,08	13,48	4,60
Helinton L. dos S. Teixeira	01	18,08	13,48	4,60
Ilton José Ferri	01	18,08	13,48	4,60
Ivone dos Santos	01	25,66	13,48	12,18
Jalmar Jorge Wagner	01	18,08	13,48	4,60
Juares Jovane dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Luciano Luis Patzlaff	01	18,08	13,48	4,60
Lurdes T. Rossi Bernardi	01	18,08	13,48	4,60
Maria Chieza	01	25,66	13,48	12,18
Maria Neli Felix	01	18,08	13,48	4,60
Maricleide de Couto Antunes	02	36,16	26,96	9,20
Maristela Saggin	01	18,08	13,48	4,60
Nair Cleci Santa Helena John	01	18,08	13,48	4,60
Natalício Heineck	01	18,08	13,48	4,60
Rosani Schmitz Antunes	01	18,08	13,48	4,60
Rosani Vogt Magagnin	02	36,16	26,96	9,20
Rui dos Santos	01	18,08	13,48	4,60
Sueli Schossler Thiesen	02	36,16	26,96	9,20
Verlane Sangaletti da Cruz	01	18,08	13,48	4,60
Total R\$				267,38

Nota: (1) Calculou-se o valor devido multiplicando-se a quantidade de benefícios pelo valor fixado em lei (R\$ 13,48).

A seguir, demonstraremos os valores pagos a maior, mensalmente, com as datas do pagamento:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
330	

Mês	Data do Pagamento	Valor R\$
janeiro	29-01-2009	143,50
fevereiro	27-02-2009	139,91
março	31-03-2009	334,50
abril	30-04-2009	313,12
maio	29-05-2009	293,36
junho	30-06-2009	267,38
Total R\$		1.491,77

Considerando que a Auditada pagou o benefício em montante superior ao autorizado legalmente, entende-se que o valor de R\$ 1.491,77 é passível de retorno ao Erário.

2. DESPESAS

2.1. Aquisição de Combustíveis Sem Licitação

2.1.1. PREJUÍZO AO ERÁRIO

Em 06-01-2009, o Administrador Municipal de Barra do Guarita expediu o Ofício de nº OF. Nº 03/09, ao Setor de Compras Municipal, solicitando a aquisição de combustível em caráter emergencial (fl. 32).

Na mesma data, foram expedidos os Ofícios OF. Nº 06/09, OF. Nº 07/09 e OF. Nº 08/09, destinados às empresas Egidio Antonio Baratto, Ilário Hanauer e TRR Lambari Combustíveis Ltda., respectivamente, solicitando a cotação de preços para combustíveis e óleos lubrificantes (fls. 33 a 35).

Em resposta, as empresas apresentaram suas cotações, sendo que as empresas Egidio Antonio Baratto e Ilário Hanauer cotaram preços para os produtos, com exceção ao óleo diesel e a empresa TRR Lambari Combustíveis somente cotou preço para o óleo diesel (fls. 36 a 38).

Para a gasolina e o álcool combustível a proposta vencedora foi da empresa Ilário Hanauer ao preço de R\$ 2,65 e 1,86 o litro, respectivamente (fl. 36).

Este procedimento trouxe prejuízo ao Erário Municipal, haja vista que os valores cotados pelas empresas para os combustíveis gasolina e álcool foram superiores àqueles obtidos na licitação realizada posteriormente.

Ademais, somente em 02-03-2009, foi expedido o Edital de Licitação, na modalidade Tomada de Preços de nº 02/2009, com o objetivo de adquirir 40.000 litros de gasolina e 40.000 de álcool combustível (fls. 39 e 40).

Conforme os Termos de Homologação e Adjudicação, de 17-04-2009, a empresa Ilário Hanauer venceu no item gasolina ao preço de R\$ 2,43 o litro e a empresa Maria Bethânia Dutra venceu no item álcool combustível ao preço de R\$ 1,699 (fls. 41 e 42).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
331	

Os contratos de aquisição dos combustíveis foram firmados com as empresas fornecedoras dos combustíveis (fls. 43 a 48).

Demonstram-se, a seguir, os valores despendidos com a aquisição dos combustíveis mediante aquisição direta do fornecedor Ilário Hanauer, resultando em valores superiores ao Erário.

Álcool Combustível – R\$ 933,80 (fls. 45 a 58):

Nota de Empenho	NF	Data Pagto (1)	Quant	Valor Unit Pago	Valor Cobrado	Valor Unit Praticado	Valor Devido
0025/09	44375	13-02-2009	1.800	1,86	3.348,00	1,699	3.058,20
0570/09	44472	24-03-2009	900	1,86	1.674,00	1,699	1.529,10
0571/09	44470	24-03-2009	1.100	1,86	2.046,00	1,699	1.868,90
0572/09	44469	24-03-2009	1.100	1,86	2.046,00	1,699	1.868,90
0573/09	44471	24-03-2009	900	1,86	1.674,00	1,699	1.529,10
TOTAIS			5.800	-	10.788,00	-	9.854,20

Nota: (1) Conforme extrato de credores (fls. 59 e 60).

Gasolina – R\$ 1.716,00 (fls. 61 a 74):

Nota de Empenho	NF	Data Pagto (1)	Quant	Valor Unit Pago	Valor Cobrado	Valor Unit Praticado	Valor Devido
0026/09	44372	19-02-2009	2.015	2,65	5.339,75	2,43	4.896,45
0043/09	44373	13-02-2009	1.030	2,65	2.729,50	2,43	2.502,90
0061/09	44374	19-02-2009	755	2,65	2.000,75	2,43	1.834,65
0574/09	44465	24-03-2009	1.000	2,65	2.650,00	2,43	2.430,00
0578/09	44466	24-03-2009	850	2,65	2.252,50	2,43	2.065,50
0579/09	44467	24-03-2009	1.200	2,65	3.180,00	2,43	2.916,00
0580/09	44468	24-3-2009	950	2,65	2.517,50	2,43	2.308,50
TOTAIS			7.800	-	20.670,00	-	18.954,00

Nota: (1) Conforme extrato de credores (fls. 59 e 60).

Portanto, a Administração Municipal ao contratar sem licitação causou prejuízo ao Erário Municipal, no montante de R\$ 2.649,80, que é passível de ressarcimento.

O montante despendido com as aquisições de combustíveis, sem licitação, totalizou o montante de R\$ 61.158,00, sendo o valor de R\$ 31.458,00, referente à gasolina e ao álcool combustível adquirido da empresa Ilário Hanauer (fls. 49 a 58; 61 a 74), e o montante de R\$ 29.700,00, referente ao óleo diesel adquirido da empresa TRR Lambari Combustíveis Ltda. (fl. 75).

Desta forma, houve infringência ao disposto no inciso XXI, artigo 37 da



Constituição Federal e nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

2.2. Aquisição de Sêmen Bovino

2.2.1. DESPESA SEM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

A Administração Municipal de Barra do Guarita realizou, no período examinado, despesas referentes à aquisição de sêmen bovino, no montante de R\$ 4.509,00. Os valores foram pagos à Associação dos Inseminadores Pioneira conforme as notas de empenho adiante relacionadas, em razão de convênio que teria sido firmado com aquela associação.

No entanto, conforme informação prestada pela Auditada (fl. 76), não existe Lei Municipal que autorize a Administração Municipal a realizar tais despesas, bem como firmar convênio com a referida associação.

Relacionam-se, a seguir, as notas de empenho referentes às despesas irregulares:

Nota de Empenho	Data de Pagamento	Credor	Valor – R\$	Docs. Fls.
62/09	30-01-2009	Associação de Inseminadores Pioneira	565,00	77 a 79
344/09	26-02-2009	Associação de Inseminadores Pioneira	1.624,00	80 a 82
1486/09	10-07-2009	Associação de Inseminadores Pioneira	1.825,50	83 a 85
TOTAL R\$			4.014,50	

Portanto, o valor de R\$ 4.014,50 pago à Associação de Inseminadores Pioneira no período examinado, sem a devida autorização legislativa, é passível de ressarcimento ao Erário, haja vista que houve infringência ao Princípio Constitucional da Legalidade previsto no “caput”, do art. 37 da Constituição Federal.

2.3. Repasse de Recursos Financeiros para Despesas de Capital

2.3.1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS IRREGULAR

Através da Lei Municipal nº 854/2009, de 29 de janeiro de 2009, foi autorizado o repasse de recursos financeiros a ADM – Associação de Desenvolvimento Municipal, no valor de R\$ 35.700,00, para custear despesas de capital de acordo com o Plano de Aplicação (fl. 86).

A justificativa anexada ao Projeto de Lei informa que os repasses financeiros seriam destinados ao pagamento da prestação do trator de esteira e à manutenção de atividades relacionadas ao desenvolvimento da agricultura do município, de acordo com o plano de aplicação apresentado pela referida entidade (fl. 87).

O referido Plano de Aplicação, na descrição da ação, estabelece apenas o pagamento do trator esteira (fl. 88).

Como consta no art. 2º da lei, a entidade prestará contas dos recursos



recebidos.

A seguir, são demonstrados os valores repassados com base na referida lei:

Nota de Empenho	Data do Repasse	Valor Repassado – R\$	Docs. de Fls.
0502/09	05-03-2009	8.919,53	89 e 90
0941/09	08-04-2009	8.919,53	91 e 92
1356/09	08-05-2009	8.911,61	93 e 94
1760/09	10-06-2009	8.911,61	95 e 96
TOTAL R\$		35.662,28	

Durante o período de realização da auditoria foi encaminhada pela entidade beneficiada a prestação de contas com quatro anexos (fls. 97 a 101).

O Anexo I refere-se ao Plano de Aplicação em que a meta foi auxiliar financeiramente ações que visem à manutenção e o desenvolvimento da agricultura do Município de Barra do Guarita, no exercício de 2009. Conforme a descrição da ação, os recursos teriam sido utilizados no pagamento do trator de esteira (fl. 98).

No Anexo II foi mencionado que as despesas realizadas, conforme relação de pagamentos (Anexo III), teriam sido de R\$ 80.476,78 (fls. 99 e 100). No entanto, o Anexo III refere, apenas, despesas tendo como credor o Ministério da Fazenda no montante de R\$ 35.662,28 (fl. 100).

O Anexo IV foi denominado de Relatório da Aplicação dos Recursos e refere que os recursos foram aplicados no pagamento do trator esteira (fl. 101). No entanto, não foi juntado qualquer comprovante de que tenha sido efetivamente aplicado no pagamento do referido trator.

A Equipe de Auditoria solicitou a apresentação dos comprovantes dos pagamentos como mencionado, sendo que a Administração Municipal apresentou cópias da Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$ 32.200,00, em que consta como emitente a Senhora Soeli de Fátima Moura Novak, e de uma guia de transferência eletrônica efetuada pela emitente e tendo como favorecida a ADM - Associação de Desenvolvimento Municipal no valor de R\$ 32.000,00 (fls. 102 a 107).

Portanto, esses documentos não têm qualquer vinculação com o plano de aplicação dos recursos, não atendendo as disposições da referida lei.

Desta forma, não restou evidenciado de que os recursos tenham sido efetivamente utilizados para custear despesas de capital e, ainda, evidenciando-se a ausência de documentação hábil a respaldar o pagamento de parcelas relativas ao trator de esteira, sendo o valor repassado de R\$ 35.662,28, passível de ressarcimento ao Erário Municipal.

2.4. Pagamento de Despesas não Liquidadas

No exame, por amostragem, das despesas realizadas pelo Executivo Municipal, constatou-se que, relativamente às indicadas a seguir, não foi observada a fase da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
334	

liquidação da despesa estabelecida no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964. Vale dizer que a Administração Municipal não procedeu à verificação do direito do credor ao pagamento, e ao recebimento de materiais contratados, bem como do implemento de condição contratual.

Tem-se, ainda, que foi descumprido o mandamento contido no art. 62 da Lei Federal nº 4.320/1964, porquanto os pagamentos das despesas foram efetuados sem a prévia liquidação das mesmas.

Examinando-se as notas de empenho e as respectivas notas fiscais não se verifica a existência de termos de recebimento dos materiais.

A seguir encontram-se relacionadas algumas despesas sem a regular liquidação:

Nota de Empenho	Data de Pagamento	Credor	Valor - R\$	Docs. de Fls.
0184/09	05-02-2009	Borges Matiuuzzi & Cia Ltda	4.920,00	108 a 110
0249/09	10-02-2009	Enio Von Muhlen	1.100,00	111 a 112
0420/09	05-03-2009	Derli Antonio da Silva Pimenta	7.300,00	113 a 115
0582/09	24-03-2009	Posto Hanauer - Ilário Hanauer	3.375,00	116 a 118
Total R\$			16.695,00	

2.5. Contratação de Serviços de Intermediação de Verbas Públicas

O Executivo Municipal de Barra do Guarita realizou, durante o período auditado, pagamentos à empresa SOLDI – Assessoria e Consultoria em Projetos Públicos e Privados Ltda.

O contrato assinado em 22-04-08 (fls. 119 e 120), aditado em 02-01-09 (fls. 121 e 122), vigorando até abril de 2009, possui como objeto a prestação de serviços de montagem, encaminhamento, gerenciamento e acompanhamento de projetos técnicos.

Posteriormente, em 09-04-09, foi realizado novo contrato vigorando de maio a dezembro de 2009 (fls. 123 e 124), tendo como objeto a prestação de serviços de montagem, encaminhamento, gerenciamento e acompanhamento de projetos técnicos, cadastramento de Projetos em todos os Ministérios junto ao Portal de Convênios SICONV.

Tais projetos são realizados para a obtenção de recursos junto às esferas federal e estadual a diversos Municípios deste Serviço Regional.

O valor total despendido, no período sob exame, com a referida empresa, montou em R\$ 8.720,00 conforme extrato de credor (fl. 125 e 126):

Anexamos as cópias das Notas de Empenhos nº 1357/09 e 1754/09, com suas respectivas Notas Fiscais de Serviços (fls. 127 a 130).

Pode-se inferir que a contratação levada a termo pela Auditada trata-se, na verdade, de mera intermediação de verbas públicas junto a órgãos governamentais.

As tarefas descritas nas Notas de Empenhos e nas Notas Fiscais de Serviços



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen

Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
335	

compõem-se em procedimentos e atividades comuns, que se incluem na rotina dos serviços burocráticos e políticos dos poderes executivos municipais constituídos.

Com o advento da rede mundial de computadores (Internet), as informações pertinentes às solicitações de verbas junto a órgãos públicos, e até de organismos não-governamentais, bem como o acompanhamento dos respectivos processos, podem ser perfeitamente obtidas e processadas na própria sede do Município, inexistindo, por conseguinte, a necessidade de deslocamento até as capitais e, tampouco, a contratação de empresa para a execução de tais serviços.

Ademais, os recursos são buscados através de sistema informatizado, SICONV, o qual pode ser acessado de qualquer lugar e por qualquer pessoa não necessitando o Executivo Municipal de contratar empresa para cadastrar seus projetos no Sistema.

Esta Corte de Contas, através de seu Tribunal Pleno, em matéria semelhante, assim se manifestou (Processo nº 002801-0200/00-2):

Subitem 2.2 – Despesa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) com empresa de Assessoria e Consultoria, contratada para intermediar assuntos de interesse municipal junto a Órgãos Federais, em Brasília, em desvio de finalidade e ausência de comprovação de serviços prestados.

Neste ponto alega o Recorrente sobre o interesse público da contratação; ausência de apontamento anterior e efetiva entrada de recursos na ordem de R\$ 40.000,00 para o Campeonato de Canoagem e Centro Budista.

Tais argumentos não afastam a glosa imputada na decisão original.

Primeiro porque a ausência de apontamento anterior não obstaculiza a equipe de auditoria em detectar falha neste exercício e por ela ser responsabilizado o Administrador. As Auditorias desta Corte trabalham por amostragem.

Segundo porque inexistente nos autos da Prestação de Contas respectiva e nesta documentação que comprove efetiva prestação do serviço por parte da empresa contratada. Ademais, como posto a fl. 129, 'não restou configurado o interesse público na contratação, o qual, consoante ensina De Plácido e Silva, '(...) é assenta em fato ou direito de proveito coletivo ou geral. Está, pois adstrito a todos os fatos ou a todas as coisas que se entendam em benefício comum ou para proveito geral, ou que se imponham para uma necessidade coletiva.'

Permaneça, pois, acertada a decisão do Juízo Originário, quanto a este aspecto.

É de se ressaltar, por oportuno, que a Auditada continua deixando de fazer uso da estrutura administrativa mantida pelo Estado do Rio Grande do Sul em Brasília, visando à captação de recursos junto ao Governo Federal para a realização de ações de interesse dos Municípios.

Assim, a importância de R\$ 8.720,00 é passível de devolução ao Erário pelo Administrador Responsável, por se entender inexistir interesse público na contratação, além de não restar comprovada a efetiva liquidação das despesas, em desatenção aos Princípios Constitucionais insertos no artigo 37, "caput", bem como aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Salienta-se que a matéria já foi objeto de aponte no relatório relativo ao